

Ouçã a Voz das Juventudes: podcasts, educomunicação e agroecologia¹

Escucha la Voz de la Juventud: podcasts, educomunicación y agroecología

Listen to the Voice of Youth: podcasts, edcommunication and agroecology

Rodrigo Morelato

Resumo

O artigo descreve como as relações entre educação e comunicação têm gerado novos repertórios de ação no movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro. Em especial, na Juventude Agroecológica da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Metodologicamente, trata-se da sistematização de experiências de uma pesquisa participante desenvolvida entre 2019 e 2020 e inserida em um estudo maior. Partimos da pergunta: como a educomunicação pode sensibilizar jovens e romper o silêncio sobre outras formas de viver a cidade? Defendemos a hipótese de que as metodologias da educomunicação partem de demandas locais, fomentam laços comunitários, se expressam criticamente com os meios e apontam para um horizonte de transformação social com grande componente de cidadania.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 30/06/2025 aceito em: 10/08/2025.

>> **Como citar este texto:**

MORELATO, Rodrigo. Ouça a Voz das Juventudes: podcasts, educomunicação e agroecologia. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 16, n. 02, p. 84-107, mai./ago. 2025.

Sobre a autoria

Rodrigo Morelato
rodrigomorelato@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3932-4531>

Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Sul da Bahia. Radialista e graduado em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (2015). Mestre (2019) e doutor (2023) em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ).

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Comunidades, tecnologias e territórios - articulações sociotécnicas e caminhos para participação popular na vida urbana” e tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico, através da chamada CNPQ/MCTI/FNDCT n.º 22/2024.

Palavras-chave: Comunicação; Cidade; Meio Ambiente; Mídia Sonora; Artes.

Resumen

Este artículo describe cómo la relación entre educación y comunicación ha generado nuevos repertorios de acción en el movimiento agroecológico de la ciudad de Río de Janeiro, especialmente en la Juventud Agroecológica de la Red de Agricultura Urbana de Río de Janeiro (Rede CAU). Metodológicamente, se trata de una sistematización de experiencias de un proyecto de investigación participativa desarrollado entre 2019 y 2020, que forma parte de un estudio más amplio. Partimos de la pregunta: ¿cómo puede la educomunicación sensibilizar a los jóvenes y romper el silencio sobre otras formas de vivir la ciudad? Defendemos la hipótesis de que las metodologías educomunicativas se basan en las demandas locales, fomentan los vínculos comunitarios, se expresan críticamente con los medios de comunicación y apuntan a un horizonte de transformación social con un fuerte componente de ciudadanía.

Palabras clave: Comunicación; Ciudad; Medio Ambiente; Medios Sonoros; Artes.

Abstract

This article describes how the relationship between education and communication has generated new repertoires of action in the agroecological movement in the city of Rio de Janeiro, especially in the Agroecological Youth of the Rio de Janeiro Urban Agriculture Network (Rede CAU). Methodologically, it is a systematization of experiences from a participatory research project developed between 2019 and 2020 and part of a larger study. We start from the question: how can educommunication raise awareness among young people and break the silence about other ways of experiencing the city? We defend the hypothesis that educommunication methodologies are based on local demands, foster community ties, express themselves critically with the media, and point to a horizon of social transformation with a strong citizenship component.

Keywords: Communication; City; Environment; Sound Media; Arts.

Introdução

Na cidade do Rio de Janeiro, há uma vicejante agricultura que cobre cerca

de 3% da superfície da cidade, ocupa diretamente 1.500 pessoas e produz ao menos 30 toneladas mensais de alimentos agroecológicos (LIMA, 2019).

Desde 2009, grande parte dessas iniciativas de agricultura urbana se agremia em uma rede de movimentos sociais: a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), fração organizativa do movimento referenciada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Diversa, essa rede é composta não apenas de agricultores; mas também de técnicos, consumidores, militantes e processadores. Suas pautas englobam também questões do direito à moradia, o fomento à economia solidária, a luta contra o racismo, a defesa do feminismo, a busca pela autonomia e pela garantia de novos direitos – como o da alimentação adequada. Ou seja, a Rede CAU pratica uma agricultura mediada pelo mundo (FREIRE, 1977) no qual se encontra: a segunda maior cidade do país.

Este artigo descreve parte de uma pesquisa participante (BRANDÃO, 2006) desenvolvida junto à Rede CAU entre os anos de 2015 e 2023, conferindo especial atenção ao período 2019 e 2020, quando desenvolvemos um processo educ comunicativo com uma parte importante da Rede CAU: o Grupo de Trabalho Juventudes Agroecológicas. Trata-se, portanto, em termos de metodologia, de uma sistematização de experiências quanto à produção de mídias sonoras realizadas através de uma extensão universitária não curricularizada.

A demanda por esse tipo de participação extensionista e dialógica partiu dos próprios movimentos sociais (ANA, 2013), como descreveremos ao longo do relato. A pesquisa foi aplicada após a sistematização de um conteúdo programático aderente à realidade dos jovens da Rede CAU e condizente com o período histórico que se vivia, o do contexto pandêmico. Baseou-se em princípios da comunicação processual (KAPLÚN, 2001) e teve como objetivo promover expressão comunicativa a partir de repertórios do campo da Educomunicação (SOARES, 2011). Ao longo dessa jornada, que animou jovens a percorrer a cidade e com o celular em punho e ouvidos atentos, oito conteúdos em mídia sonora foram realizados. De caráter experimental e voltados à expressividade, eles narravam as vozes das juventudes agroecológicas do Rio de Janeiro.

A pergunta que orienta este relato é: como a educomunicação pode sensibilizar jovens e romper o silêncio sobre outras formas de viver a cidade? Sustentamos a hipótese de que as metodologias da educomunicação partem de demandas locais, fomentam laços comunitários, se expressam criticamente com os meios e apontam para um horizonte de transformação social com grande componente de cidadania. Para tanto, dividimos o relato, afora introdução e conclusão, em quatro movimentos.

O primeiro movimento faz uma breve apresentação da questão da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, questões que atravessaram a história da cidade e seus modelos de desenvolvimento ao longo do tempo. O segundo movimento apresenta a formação da Rede Carioca de Agricultura Urbana, a expressão local do movimento agroecológico, e seus processos de comunicação comunitárias embasados na auto-organização; esse movimento confere especial atenção a um dos muitos sujeitos coletivos que dão forma à Rede CAU: a Juventude Agroecológica. Um terceiro movimento apresenta e descreve o desenvolvimento de uma intervenção educ comunicativa desenvolvida junto à Juventude Agroecológica: após uma plenária de auto-organização, foi escrito e executado um projeto que pressupunha caminhadas pela cidade, o exercício do diálogo e a experimentação com mídias sonoras. Um último movimento realiza uma síntese de toda essa trajetória, apresentando a comunicação como um produto e como um processo, bem ao gosto das teorias latino-americanas.

Agricultura Urbana: passado e presente nas terras cariocas

A trajetória da agricultura urbana carioca é tão longa quanto a história da própria cidade. Os primeiros registros datam ao menos do século XVIII, quando a cidade passa de um destacamento militar avançado ao sul do território colonial para a condição de capital administrativa da colônia. Nessa época, a produção de uma grande diversidade de gêneros acontecia nas então freguesias rurais, que circundavam a área urbana e eram fundamentais para o

abastecimento dos cidadãos (CAVALCANTI, 2004).

No entanto, foi no início do século XX que os debates da agricultura da cidade passaram a ganhar maior relevância. No ano de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial e a chegada do vírus da Gripe Espanhola ao território brasileiro, houve uma grande desarticulação das cadeias de produção e abastecimento dos gêneros alimentícios os mais básicos, que, vindos dos longínquos interiores do país, eram transportados por trem ou navegação de cabotagem até a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

Essa crise levou à carestia generalizada dos alimentos e à necessidade de um novo zoneamento capaz de salvaguardar o então Distrito Federal dos perigos da fome generalizada – e dos levantes populares, tão frequentes no Rio de Janeiro da época. É dessa época um novo planejamento urbano para as terras cariocas, que passaram a se dividir em urbanas, suburbanas e rurais (ABREU, 2013). Acrescido de obras de saneamento, o desenvolvimento de políticas públicas para o subsídio das lavouras e de uma nova infraestrutura composta de estradas e ferrovias a facilitar a comunicação entre a zona urbana e as regiões produtoras de alimentos, tal planejamento, proposto pela gestão (1917~1918) do prefeito Antônio Cavalcanti (1849~1922), propunha transformar a Zona Rural do Distrito Federal num “grande celeiro” a abastecer a zona urbana da capital (SANTOS, 2021).

Nos anos 1940, essas políticas públicas começaram a demonstrar seus primeiros efeitos: intensificaram os conflitos na então Zona Rural do Distrito Federal. Agora acessíveis por nova infraestrutura e abastecidas de água vinda de um novo reservatório construído nos arredores do Maciço da Pedra Branca, as terras dos pequenos agricultores da região, que trabalhavam há séculos a partir do sistema de posse, passaram a ser alvo de diversos processos de grilagem. Conflitos se intensificaram na região, que se tornou teatro de operações do Partido Comunista Brasileiro até sua ilegalidade, em 1948, gerando solidariedade entre campo e cidade, o que marca até hoje as lutas sociais brasileiras.

Nos anos 1970, nova mudança aconteceu no ordenamento urbano do Rio

de Janeiro: após mais de 50 anos de existência, a Zona Rural foi desconstituída, afetando criticamente o apoio à produção agrícola. Era época de modernização da sociedade brasileira sob o regime autoritário, a capital já havia sido trasladada para Brasília e os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro passaram por um processo de fusão. Naquela época, decidiu-se que todos os 1.200 km² que compuseram as terras do antigo Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara, agora dariam forma a um único município 100% urbanizado: a cidade do Rio de Janeiro.

Esse novo zoneamento tinha duas finalidades principais: fomentar a ocupação da antiga Zona Rural, agora Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, por um lado; por outro, aumentar a arrecadação municipal via Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), muito mais rentável aos cofres públicos que o antigo Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

Nos anos 1990, uma nova conjuntura se apresentou: avanços no campo da cidadania e novos atores sociais reorganizam as práticas da agricultura na cidade do Rio de Janeiro. Com grande ênfase na Zona Oeste da cidade – ou seja, nos territórios que anteriormente constituíam a Zona Rural –, organizações do Terceiro Setor passaram a desenvolver uma série de atividades de extensão rural e de apoio aos agricultores familiares da região. Voltadas ao desenvolvimento da agricultura urbana, atuavam difundindo técnicas de manejo sustentável, fomentando a solidariedade, apoiando a troca de saberes entre agricultores e auxiliando na construção social de mercados.

Com o passar dos anos, outras regiões da cidade – sobretudo movimentos sociais ambientalistas da Zona Norte da cidade – e pautas sociais – como a luta por moradia, o feminismo, a luta antirracista e as demandas da juventude – se somaram às atividades desenvolvidas por essas experiências de agricultura da cidade. Não podia ser diferente, afinal, essas experiências de agricultura, se verdadeiramente urbana, deveriam ser mediatizadas pelo mundo (FREIRE, 1977) onde se encontravam: ou seja, deveriam incorporar as questões da cidade onde se desenvolviam. Trata-se, portanto, de uma agricultura que acontece

dialogicamente e se engaja eticamente em questões da mudança social rumo à conquista da cidadania, ou seja, trata-se de uma agricultura agroecológica (MORELATO, 2023).

Na atualidade, e embora seja a segunda maior mancha urbana brasileira, a cidade do Rio de Janeiro ainda apresenta uma vigorosa agricultura. Em verdade, mais da metade (50.1%) de sua superfície é composta de áreas não edificadas, como florestas, lagoas, rios, pontões rochosos, restingas e terras de lavoura². Segundo o último levantamento disponível e desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, 1.500 pessoas vivem da agricultura nas terras cariocas. Se consideramos apenas a agricultura agroecológica que acontece nas terras cariocas, é preciso mencionar sua viabilidade: produz cerca de 30 toneladas mensais de alimentos que são consumidos na própria cidade (LIMA, 2019).

Longe, portanto, de ser um arcaísmo que precisava ser modernizado, como defendia o pensamento desenvolvimentista que inicialmente formulou e posteriormente destituiu a Zona Rural nas terras do Rio de Janeiro, a agricultura urbana carioca tem se demonstrado um elemento contribuinte à resiliência urbana ao prevenir, antecipar, absorver e transformar de forma eficiente os riscos que a urbanização trouxe à vida dos agricultores cariocas. Para tanto, conta com um grande investimento em comunicação, que dá forma a uma rede de movimentos sociais: a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

A Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia e comunicação

A agroecologia é uma ciência emergente baseada na transdisciplinaridade (ALTIERI, 2012). De modo engajado, a agroecologia incorpora os conhecimentos tradicionais e não científicos ao seu processo de produção e sistematização de conhecimento (FEIDEN, 2005). Essa proposta científica tem por finalidade não a depuração de leis, a quantificação do real ou a previsão de regularidades quanto a acontecimentos do mundo, como acontece com as ciências tradicionais

² Disponível em <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese>. Data de acesso: 05 de out. de 2025.

(SANTOS, 1987); pelo contrário: a agroecologia possui ênfase em seu componente axiológico, marcado pela indissociabilidade entre causa e intenção; o que destaca os fundamentos éticos de uma ciência orientada à prática da liberdade (FREIRE, 2014).

Essa ciência emergente, que se espalha pelo tecido social através das práticas de comunicação dos movimentos sociais, dá forma a uma ecologia de atores como a Rede CAU, que se encontra referenciada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU).

A Rede CAU toma forma em 2009, durante o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (III EEASC), um fórum do movimento agroecológico realizado num pequeno sítio no bairro de Campo Grande, Zona Oeste carioca, com cerca de 400 pessoas presentes. Esse tipo de “resgate agrícola”, como descreveu um de seus organizadores³, contou com oficinas que iam de artesanato a partir das fibras da bananeira, passando pela erva medicinal e sua relação com conhecimentos tradicionais e desaguando em práticas de alimentação viva; embora dispersas pela cidade, porém unidas pela agroecologia, as experiências de agriculturas urbanas pronunciaram o desejo de manter a rede ativa.

A proposta de formar essa rede de movimentos foi possível graças à incorporação da lógica das tecnologias digitais às práticas dos movimentos sociais de base comunitária (JURIS, 2008) – à época, no caso do movimento agroecológico do Rio de Janeiro, sobretudo através de uma enorme lista de e-mails, apenas recentemente desativada. A atenção a essa mediação é corroborada pela socióloga Ilse Scherer-Warren, afinal, para entender essa nova dinâmica do social “[...] trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos” (SCHERER-

³ Disponível em: <https://aspta.org.br/2009/11/20/iii-encontro-de-experiencias-de-agricultura-e-saude-na-cidade/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

WARREN, 2011, p. 23).

Embora tenha tido, desde seu início, o auxílio dos meios digitais tais como os computadores pessoais e as listas de e-mail, a Rede CAU foi formada e se organiza ainda na atualidade segundo uma valorização explícita da oralidade, forma de comunicação extremamente participativa – vale o comentário: a mais inclusiva para os agricultores e erveiras da cidade – e nem sempre compreendida como mediada por nossos corpos e pelas situacionalidades nas quais eles se encontram (CALI, 2017).

Para as teorias dos movimentos sociais, o recurso à oralidade enquanto meio de predileção para a tessitura de redes pode ser compreendido como sinônimo da adoção da voz como um valor ético, como afirma o sociólogo Nick Coudry:

Por voz como um valor, eu me refiro ao ato de valorizar, e escolher valorizar, essas maneiras de organizar a estrutura e os recursos humanos que valorizam a voz (como um processo). Tratar a voz como um valor significa discriminar em favor de formas de organizar a vida humana e os recursos que, por meio de suas escolhas, colocam em prática o valor da voz, respeitando os múltiplos processos articulados processos que envolvem a voz e os sustentando, não os sabotando ou negando (COUDRY, 2010, p. 02, tradução nossa)

Atentos a essas questões e tendo como máxima o fomento à participação das diversas iniciativas de agricultura da cidade, a Rede CAU ainda hoje se organiza segundo uma lógica pautada também no exercício da voz e das redes – para a qual os encontros presenciais são fundamentais.

Na atualidade, compõem a Rede CAU cerca de trinta grupos ou iniciativas, as quais se agremiam em cinco grupos de trabalho (GTs) de corte temático ou como sujeitos coletivos, a saber: Mulheres; Mercados; Comunicação; Juventudes e Governança. As reuniões de cada um desses GTs se dão de acordo com a oportunidade ou urgência de suas atividades, acontecendo ao menos uma vez por ano. Após as plenárias de cada um desses grupos e semestralmente, a Rede CAU se reúne como um todo para partilhar sonhos, realizar uma análise de conjuntura, trazer informes das atividades desenvolvidas em cada um dos seus grupos de trabalho, realizar o planejamento de atividades para o próximo período

e, naturalmente, estar-juntos.

Acompanhamos parte desse processo quando, ainda em janeiro de 2019, fomos convidados a participar, enquanto mediadores, da plenária anual das Juventudes Agroecológicas, a qual aconteceu numa pequena propriedade rural que subsiste dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca.

O dia começou com uma breve caminhada pelas matas do Maciço da Pedra Branca, nos levando até um pequeno bangalô onde um café da manhã composto de produtos locais, um chamado “café da roça” os esperava: batata doce e aipim cozidos, pães artesanais, banana, mamão, patês e pastas temperados com ervas aromáticas, águas saborizadas e café preto.

A plenária propriamente dita começou após as conversas do café da manhã. Os jovens se colocaram em círculo e um deles, estudante de teatro, mediu uma breve atividade de relaxamento corporal com alongamentos, danças, cantos e palmas. Também foi feita uma pequena mística para melhor entrosar e estabelecer um comum naquele grupo tão diverso; nessa mística, se caminhava subindo e descendo um rio imaginário. Nesse caminhar da foz à nascente do pensamento, os jovens paravam de tempo em tempo para descansar e contar um pouco da trajetória de cada grupo e seus desejos de transformação social através da agroecologia.

Eram cerca de trinta jovens presentes na atividade. Eles compunham diversas organizações de base comunitária como a ONG Verdejar Sociambiental e o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), ambas atuantes nas favelas da Zona Norte da cidade; outros construíam a Associação de Moradores e Amigos do Bosque das Caboclas, sub-bairro de Campo Grande; um terceiro grupo compunha as atividades da Fundação Angélica Goulart, sediada em Pedra de Guaratiba, extrema Zona Oeste da cidade; contou também com a presença de jovens filhos de agricultores agremiados na Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA), sediada no bairro de Vargem Grande, nos contrafortes do maciço da Pedra Branca; dentre outros jovens que não se organizavam ou construíam nenhum desses movimentos, mas que também

mantinham hortas, praticavam a compostagem de resíduos orgânicos, produziam artesanato ou ajudavam seus pais e avós nas feiras agroecológicas que pontilham a cidade.

Depois de “quebrado o gelo”, foram formados pequenos grupos que debateriam os principais “desafios” e as principais “fortalezas” que cada jovem via em seu território. Seria através desse tipo de pronúnciação do mundo, realizada com o uso extensivo da voz, que o restante das atividades do dia seria desenvolvido. A certa altura, um pouco antes do almoço, uma jovem moradora da Zona Oeste, que era uma das facilitadoras da dinâmica, reuniu a todos e disse:

Eu passei nos grupos conversando e a gente foi vendo que tinham quatro grupos: geração de renda, formação, intercâmbios e comunicação. Esses grupos pensaram em metas, em objetivos, e de como eles gostariam que fosse 2019. E a gente entende ficar na mão de todo mundo, fica muito complicado pra gente ter uma organização. Então, o que a gente conversou e todo mundo concordou bastante foi de a gente ver pessoas que se sentem à vontade um pouco como responsável de um determinado grupo... Então... Quem aqui se sente à vontade pra fazer acontecer as propostas de cada grupo? Então, quem se sente à vontade pra fazer essas coisas acontecerem?⁴

Grupo tão diverso e disperso pela cidade, ao longo do dia se constatou que os desafios enfrentados por esses vários grupos que compunham a Juventude Agroecológica da Rede CAU eram muito semelhantes e podiam ter soluções parecidas. Era necessário realizar mais visitas – os chamados “intercâmbios” – às hortas, quintais, lajes ou pequenas propriedades onde praticavam a agricultura. Dessa forma, poderiam aprender uns com os outros, gerar laços de solidariedade e se apropriar de novas técnicas de manejo agroecológico. Participar com maior assiduidade das feiras agroecológicas era fundamental para promover alguma geração de renda, a sustentabilidade das atividades e a intergeracionalidade com outros agricultores ou erveiras da cidade. A questão da logística, isto é, tanto de seu deslocamento pela cidade quanto do transporte de seus víveres – sempre realizada em transporte público –, era um grande dificultador, pois o desenho da malha e o valor do transporte público no Rio de

⁴ Em entrevista aos autores em janeiro de 2019.

Janeiro em muito dificultavam que essa juventude se apropriasse da cidade.

Por fim, também foi mencionada pelos jovens a necessidade de mais espaços de formação, especialmente aqueles voltados à comunicação e ao uso das redes sociais digitais para uma série de finalidades: mobilizar mais jovens junto ao movimento agroecológico; promover os produtos comercializados pela juventude; difundir informações sobre as atividades de agricultura urbana desenvolvidas por toda a cidade; e, claro, fortalecer os laços entre os jovens que compõem a Juventude Agroecológica da Rede CAU.

Plenária encerrada, as sistematizações das atividades do dia foram partilhadas, por escrito, para os outros GTs que compõem a Rede CAU e a Juventude Agroecológica ter um momento de lazer: desceram as trilhas do maciço e terminaram aquela quente tarde de verão na Praia da Macumba, num refrescante banho de mar que, para alguns, foi noite adentro.

Nosso papel de mediadores desse processo envolveu facilitar a expressão, a participação e a sistematização dos desejos da juventude durante aquela plenária. Ou seja, atuamos de modo a colaborar com a tessitura de um novo ecossistema comunicativo protagonizado pela Juventude Agroecológica da Rede CAU. Tais questões se relacionam aos fundamentos da Educomunicação, como veremos a seguir.

Educomunicação: Intervenção, a Cidade e as Mídias Sonoras

Alguns meses mais tarde, circulou no grupo de um aplicativo de mensagens da Juventude Agroecológica da Rede CAU uma pequena mensagem em formato de corrente. Nela, se podia encontrar um edital de uma organização do terceiro setor que apoiaria iniciativas locais que tivessem ações voltadas à consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas.

Uma das maiores inquietações que pudemos acompanhar na Plenária das Juventudes ocorrida no início daquele ano era justamente a dificuldade em “pôr no papel” algo que tivesse “a cara da juventude”, ou seja, que levasse em

consideração questões socialmente, politicamente e culturalmente relevantes para esse coletivo, como Nick Coudry (2010) afirma ser possível pelo uso da voz.

Ainda durante aquela plenária, no mês de janeiro, foi feito um comentário que chamou muito a minha atenção. Pronunciado no momento final da plenária, quando os jovens apresentavam em duplas a sistematização dos debates de cada tema gerador, uma jovem comentou:

E como tem essa necessidade de comunicação, né? Porque quem fala muito bem já gravaria os vídeos, também tem que ter alguém pra pensar o roteiro... E a gente também pensou em formações porque pra gente vender alguma coisa, a gente tem que produzir alguma coisa e a gente tem que aprender sempre, então seriam formações pra gente se entender mais, pra gente se reunir mais e pra gente descobrir coisas que a gente às vezes, sei lá, acha que nem existe dentro da gente (Geovana, 2019, informação verbal).

Outra jovem complementou essa fala:

A gente tem que escrever, né? Porque acaba que os outros escrevem e a gente nunca foi aprovado [em um projeto escrito pela própria juventude]. Eu acho que um dos motivos da gente não ser aprovado é porque ele não é escrito com o nosso olhar, mas é escrito com o olhar dos adultos. Então não tem esse pertencimento... E eu acho que os próprios financiadores sacam isso.... Muitas vezes a metodologia do encontro é pensada de uma forma de adultos, ou seja: palestra, roda de conversa... Então pensamos muito a participação do jovem na criação do roteiro do encontro... (Gabriela, 2019, informação verbal).

Foi a partir dessa provocação realizada pela Juventude Agroecológica que resolvemos intervir, propondo a tessitura de atividades que comporiam um novo ecossistema comunicativo: um que utilizasse as tecnologias digitais, o caminhar a cidade e a produção de mídias sonoras enquanto métodos de intervenção e transformação da realidade daqueles jovens. Tratava-se, portanto, de realizar uma atividade de educomunicação, afinal,

A educomunicação – enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas – não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente. Existem obstáculos que têm de ser enfrentados e vendidos. O obstáculo maior é, na verdade, a resistência às mudanças nos processos de relacionamento no interior de boa parte dos ambientes educativos, reforçada, por outro lado, pelo modelo disponível de comunicação vigente, que prioriza, de igual forma, a mesma perspectiva hegemonicamente verticalista na

relação entre emissor e receptor (SOARES, 2011, p. 37).

Ao longo de sua exposição, Ismar de Oliveira Soares (2011) apresenta o emergente campo da educomunicação, sua história pregressa nos movimentos sociais latino-americanos, sua possível filiação com estudos no mundo anglo-saxão e um diagnóstico já há muito documentado: as iniciativas de educação formal se encontram distantes da realidade do jovem brasileiro. Segundo o autor, a educomunicação teria como normatividade a possibilidade de ampliar as condições expressivas da juventude, incorporando tecnologias na promoção da interdisciplinaridade e nos avanços da cidadania.

Soares (2011) também afirma ser a educomunicação uma metodologia largamente apropriada por movimentos sociais populares, que desenvolvem iniciativas de educação informal e voltadas à cidadania, algo que deveria ser levado em consideração no Brasil com maior seriedade, afinal,

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com maior rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela quem permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2019).

Tendo em vistas essas questões, nos revestimos do caráter múltiplo do educador – e que versa, concomitantemente, com pesquisa, gestão, e ação – e desenhamos uma proposta de intervenção que pudesse, ao mesmo tempo, promover participação, percorrer a cidade, fortalecer vínculos comunitários e experimentar mídias sonoras. Tal proposta, inicialmente apresentada a um edital que viabilizou a produção de mídias sonoras, posteriormente foi se transformando de ações de solidariedade em períodos pandêmicos, culminando na participação qualificada em espaços de decisão sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro.

Imagem 1: Locais de moradia dos jovens (vermelho); locais de realização dos podcasts (azul)



Fonte: elaboração própria. 2025

Imagem 2: Jovem agricultora urbana entrevistando a feirante



Fonte: Acervo Pessoal. 2020

Com celulares em mãos e muita disposição, a juventude agroecológica da Rede CAU percorreu a cidade do Rio de Janeiro acompanhando as atividades cotidianas do movimento agroecológico carioca: feiras, mutirões, rodas de

conversa, colheitas e demais atividades foram as atividades das quais participaram e através das quais puderam pronunciar o mundo através da produção de mídias sonoras.

Inicialmente com o provocativo nome de “Ouça a Voz das Juventudes”, essa iniciativa de educomunicação viabilizou a produção de oito podcasts sobre as atividades desenvolvidas pela Juventude Agroecológica da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Dada a extensão deste relato, apresentamos a seguir uma tabela que pode apenas sugerir a diversidade de questões, temas e proposições que envolvem o ser jovem agroecológico na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 01: Locais e conteúdos produzidos.

Episódio	Território	Temáticas
1	Maracanã	Apresentação da proposta e da Juventude
2	Campo Grande	Desafios e Fortalezas da Juventude
3	Campo Grande	Feminismo Antirracista
4	Vargem Grande	Culinária Quilombola
5	Campo Grande	Economia Solidária
6	Seropédica	Ciência Cidadã
7	Complexo do Alemão	Tecnologias Sociais
8	Lapa	Políticas Públicas

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2025).

Esses processos de comunicação foram concebidos sob uma perspectiva dialógica e territorializada que este relato, infelizmente, não é capaz de abarcar. Tomemos como exemplo, portanto, uma dessas experiências, a ocorrida em março de 2019, e que culminou no quinto episódio, relativo à economia solidária e realizado na Feira Agroecológica de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade.

Ali nos encontramos, num sábado pela manhã: cerca de 30 jovens de diversas partes da cidade que conseguiram se deslocar até lá com os recursos captados pelo edital. Após um breve café, ficamos em círculo e as atividades começaram. Uma jovem apresentou a dinâmica daquela manhã, quando reuniu toda a juventude em um círculo e pediu a palavra:

Vamos, lá, gente! Estou aqui com cinco fotos! Então a gente vai se dividir em grupos e cada grupo vem aqui, escolhe uma foto e, na foto, tem umas

atividades bem manerias pra gente fazer! E elas vão virar nossos podcasts! Mas, lembrando! A gente está na feira! Então, não é pra fazer bagunça na barraca de ninguém! É pra chegar com calma, se apresentar, mostrar as perguntas e ir conversando! (Luciana, 2019, informação verbal).

Essa jovem tinha em mãos algumas fotografias de alimentos que podiam ser encontrados naquela mesma feira: banana, bertalha, mandioca, chaya e caqui. Após dividir os companheiros em cinco grupos, pediu que cada grupo escolhesse um desses alimentos. No verso das fotografias, havíamos preparado um guia de perguntas que os jovens deveriam realizar à comunidade feirante. Cada grupo leu em voz alta as perguntas as quais tinham escolhido ao acaso e outra parte da atividade pôde começar.

Então, pessoal... A nossa tarefa é o que? A gente vai sair nessa feira, perguntando aos feirantes, fazendo esse roteirinho... Pedindo bom dia, licença, falando que a gente tá no projeto “Ouça a Voz das Juventudes” e que a gente quer entrevistar vocês... Com respeito, com tranquilidade, sem fazer bagunça na barraca dos outros, tá bom? (Gabriela, 2019, informação verbal).

Havíamos sistematizado essas perguntas alguns dias antes da atividade na tentativa de promover um diálogo protagonizado pela Juventude Agroecológica, segundo o que achávamos que era o espírito de uma educação libertadora. Segundo Paulo Freire (2014, p. 142),

A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático recolhido na investigação [no caso, a comunidade feirante de Campo Grande], devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem o recebeu.

Imagem 03: Sistematizações devolvidas à Juventude Agroecológica

- | | |
|---|--|
| <p style="text-align: center;">1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem é o/a feirante que está há mais tempo na feira? • O que essa pessoa está vendendo hoje? Ela vende outros produtos? • Peça para essa pessoa contar um pouco da sua história de vida. • Por que a Feira de CG é importante pra essa pessoa? | <p style="text-align: center;">2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que lugar é este em que estamos? Esse casarão? • Este casarão foi o que no passado? Por que está assim hoje? • Alguém (uma associação um coletivo - qual?) pensa algum uso futuro pra esse casarão? O que falta pra esse sonho acontecer? |
| <p style="text-align: center;">3</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que mais acontece na feira, além da venda de produtos agroecológicos? A feira é só um espaço de compra e venda? • Por que é importante fazer essas atividades na feira e não em "lugares mais sérios" como na Câmara de Vereadores, na Prefeitura ou na Assembleia Legislativa, por exemplo? | <p style="text-align: center;">4/5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encontre alguém que esteja comprando na feira (cliente). • O que essa pessoa comprou hoje? Ela vem sempre na feira? Desde quando? • Qual a diferença de comprar aqui na feira e no supermercado? • "Produtos da Gente", sabe o que é? |

Fonte: Acervo pessoal. 2020

As fichas eram apenas um pequeno guia e a juventude foi incentivada a criar perguntas, a modificar as que ali estavam, ou a fazer outras completamente diferentes. A proposta era experimentar o ato de perguntar. Vale mencionar que não se tratava de qualquer pergunta: deveriam ser gravadas em áudio.

Com o auxílio de movimentos de base comunitária que compõem a Rede CAU, havíamos conseguido equipamentos necessários: gravadores de áudio e smartphones que pudessem gravar esses diálogos entre jovens e feirantes. Era uma tentativa de fazer uma experimentação com a voz e de reafirmar, de modo crítico, algo que os jovens já sabiam: os smartphones que alguns deles possuíam talvez fossem o equipamento mais que suficiente para a produção de conteúdos

digitais que tanto desejavam realizar.

Em um outro momento, oferecemos uma breve oficina de edição e mixagem, a qual foi por diversas vezes interrompida pelas demandas, sempre urgentes, dos movimentos sociais. De todo modo, conseguimos ao menos iniciar um processo, o qual se revelaria muito extenso, e que culminaria com a sistematização da voz das juventudes em outros processos: os de construção do Plano Diretor Urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Ecologia de Produtos e Processos

A comunicação tem sido entendida como eixo central das atividades da agroecologia. Segundo a socióloga Ligia Bensandon (2006), foi em 2014, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido no Sertão pernambucano, que houve um aprofundamento sobre o tema. Ela afirma que

O III ENA aprofundou a estratégia de comunicação para o diálogo social, ferramenta pedagógica e de articulação. O sistema de comunicação dominante foi acusado de legitimar ideologicamente o modelo econômico gerador de desigualdades sociais, concentração de riquezas e a destruição ambiental, imbricado economicamente com o grande capital. Em seu lugar apontaram a comunicação plural, dialógica e em rede para a efetivação da democracia e a construção de outro projeto de nação, o que revela o objetivo de impor outra visão de mundo e dos acontecimentos, para influenciar a opinião pública e obter maior força política. Mais do que impactar a grande mídia que influi no campo político e impõe hierarquias e interpretações, os esforços se concentraram na produção de mídias próprias, na luta pelo direito de falar com legitimidade. Como síntese das discussões e para não as reproduzir apenas através da oralidade e deforma textual, foram produzidos painéis, buscando facilitar a compreensão dos debates com desenhos e símbolos gráficos, coerente com o perfil social diverso do público presente (BENSANDON, 2016, p. 104).

O entendimento da comunicação como um processo é um dos grandes contribuintes das teorias latino-americanas para o campo da comunicação. Segundo Mário Kaplún (2002), a ênfase na comunicação como um processo é um desdobramento do pensamento e das práticas da pedagogia da libertação. O processo, nesse sentido, envolve uma ação concreta (a constatação de um problema), um processo de reflexão (sempre coletivo, buscando as soluções ao

problema) e uma nova ação, transformadora da realidade, dando forma a “[...] um processo permanente, em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando e se apropriando do conhecimento” (KAPLÚN, 2001, p. 45).

As práticas, sistematizações e formações oferecidas por Mário Kaplún (1923~1998) formaram um grande número de comunicadores populares no continente latino-americano. Conjugando suas experiências como jornalista, radialista e publicitário com os fundamentos propostos por Paulo Freire quanto às práticas da educação libertadora, Kaplún colocou em evidência a tensão os campos da Educação e da Comunicação.

Adotados como maneiras de promover a educação popular, Kaplún (2002) sistematizou três tendências dos usos dos meios em práticas educativas: com ênfase nos conteúdos, com ênfase nos efeitos e com ênfase nos processos. Seria essa terceira tendência, a de ênfase da comunicação como um processo, que realizaria uma transformação das pessoas e sua realidade, a sua inovação (FREITAS, 2015). Apropriada pelos movimentos sociais populares, as propostas participativas de Mário Kaplún se tornaram “[...] estratégia de resistência a práticas autoritárias de exercício do poder, assim como meios de combate ao monopólio dos meios de comunicação nas mãos de poucos” (FREITAS, 2015, p. 156), formando um movimento social em prol da cidadania: a Educomunicação.

Segundo José Vicente Freitas (2015, p. 160), “[...] a Educomunicação não nasceu nas universidades, mas sim da prática e principalmente da militância – nasce de processos políticos e ideológicos”. Seria, portanto,

[...] um conjunto de práticas voltadas para a formação de espaços educativos, mediados por processos tecnológicos da informação, e tem como objetivo ampliar formas de expressão dos membros das comunidades bem como a melhoria do nível comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania (FREITAS, 2015, p. 159)

Há, também, na Rede Carioca de Agricultura Urbana, o entendimento de que a comunicação é um processo de transformação da realidade, de luta por direitos, de promoção de deveres que concernem à cidadania e de exercício da liberdade de se ocupar a cidade de uma maneira condizente com formas de

habitá-la que levem em consideração as agriculturas da cidade, as artesanias que nela existem, as culturas alimentares que aqui se desenvolvem e uma íntima relação com os ciclos da natureza.

O entendimento da comunicação como um processo foi fundamental para o ano seguinte, o de 2020, de eleições municipais. Recentemente, a Juventude Agroecológica havia caminhado pela cidade, investigado sua realidade e experimentado em mídias sonoras de modo a superar seu silenciamento (MEDEIROS; MENDONÇA; PRATA, 2022). Foram os jovens convidados a participar dos processos de escrita de uma “carta política”, uma sistematização de demandas, documento público apresentado aos candidatos a vereador e prefeito naquele ano. Caso assinada pelo candidato, essa tática de mobilização do movimento agroecológico reverbera em um compromisso dos mandatos na adoção de fundamentos da agroecologia na gestão pública, fortalecendo a participação cidadã.

Desse modo, a comunicação popular realizada pela Rede CAU não se restringe ao recurso às tecnologias de comunicação e à produção de conteúdos, embora essas práticas também sejam contribuintes ao processo comunicacional que essa rede de movimentos sociais realiza, na busca por uma cidadania plena.

Considerações finais

Iniciamos este relato com um questionamento: seria a Educomunicação capaz de sensibilizar jovens a romper o silêncio sobre outras formas de se viver a cidade.

Ao longo de exposição, descrevemos parte da história cultural da cidade do Rio de Janeiro, em especial aquela relacionada à constituição e destituição de sua Zona Rural. Percorremos, mesmo que brevemente, a permanência de ruralidades através de um importante movimento social organizado em rede: a Rede CAU.

Acompanhamos parte dos fazeres comunicacionais de uma fração desse

movimento: as Juventudes Agroecológicas; especialmente entre os anos de 2019 e 2020. Seguimos de perto tais atividades, que envolveram caminhadas pela cidade, a criação de conteúdos digitais, o fortalecimento de vínculos sociais, a produção de conhecimento coletivo e a difusão de informações. Desse modo, pudemos apresentar como esse sujeito coletivo, que se organiza junto à Rede CAU, atua pela promoção da agroecologia na cidade, na luta pela garantia do direito à alimentação adequada e na busca da cidadania plena.

Ao longo deste relato, apresentamos a comunicação segundo seu entendimento pelo campo da educomunicação latino-americana: como processo e como produto. Demonstramos como a experimentação com mídias sonoras pode ser incorporada a processos de comunicação para a mudança social mais amplos, que buscam a transformação da realidade através do engajamento da juventude. Desde modo, pudemos demonstrar como a Educomunicação, mais do que interessada na produção de mídias sonoras, fomenta processos que buscam mudança e participação social – como, no caso, auxiliando a Juventude Agroecológica da Rede CAU a sistematizar demandas para a revisão do Plano Diretor Urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Infelizmente, essa iniciativa não foi continuada pela Rede Carioca de Agricultura Urbana por diversos motivos. É preciso ponderar que a aquisição de um novo repertório de comunicação e ação demanda tempo, investimentos e a centralidade de sua importância. Talvez a emergência da pandemia por coronavírus, logo na sequência das atividades de 2019, tenha redirecionado o eixo de atividades da produção de mídias e fortalecimento dos processos de comunicação para a urgente pauta da solidariedade. De todo modo, e de maneira modesta, este estudo espera ter contribuído para o debate sobre as possibilidades de sensibilização de jovens pela educomunicação.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio

de Janeiro; São Paulo: AS-PTA; Editora Expressão Popular, 2012.

ANA. **Relatório da Oficina de Comunicação da ANA**: 23 a 24 de setembro de 2013. Juazeiro (BA): ANA, 2013.

BENSANDON, Ligia Scarpa. **Tecendo Projetos Políticos**: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. 2016. 168p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Letras e Ideias, 2006.

CALI, Denis D. **Mapping media ecology**: introduction to the field. New York: Peter Lang Publishing Inc., 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAVALCANTI, Nereu. **O Rio de Janeiro setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

COUDRY, Nick. **Why voice matters**: culture and politics after neoliberalism. Sage Publications: London, 2010.

FEIDEN, Alberto. **Agroecologia**: introdução e conceitos. In: DE AQUINO, Adriana Maria; DE ASSIS, Renato Linhares (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e técnicas de uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação e Agroecologia, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, José Vicente. Educomunicação: contextualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito. **Revbea**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 142-162, 2015.

JURIS, Jeffrey. **Networking Futures**: the movements against corporate globalization. Duke University Press: Durham; London, 2008.

KAPLÚN, Mario. **A la educación por la comunicación**: la práctica de la comunicación educativa. Ediciones Ciespal: Quito (Equador), 2001.

LIMA, Caren. **Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro**: dicotomias e especificidades da agricultura urbana. 2019. 169p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MEDEIROS, Rafael; MENDONÇA, FERNANDA; PRATA, Nair. Vozes ainda subalternas: podcasting e lutas por reconhecimento na arena midiática. **Esferas**, n. 23, v. 1, p. 84-99, 2022.

MORELATO, Rodrigo Rossi. **Rede Carioca de Agricultura Urbana**: agroecologia, comunicação e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. 2023. 305p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A implantação da Zona Rural como um “celeiro da capital”: o exemplo do Rio de Janeiro (1917~1935). **Revista Espacialidades** (online), v. 17, n. 1, p. 479-505, 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.